

91. DO JÚRI À ADVOCACIA CRIMINAL: CAMINHOS NA CARREIRA PENAL

Camila Virissimo Rodrigues da Silva Moreira

Mestra em Ciências Jurídicas, UniCesumar.

Maringá – Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0009-0000-3911-9699>

<https://lattes.cnpq.br/8591500782530359>

camila.moreira@docentes.unicesumar.edu.br

Camille Ciuffa Ribeiro

Acadêmica, Unicesumar.

Maringá - Paraná - Brasil

<https://orcid.org/0009-0003-6970-6677>

cciuffaribeiro@gmail.com

Manuela Corrêa Silva Donatti

Acadêmica, Unicesumar.

Maringá - Paraná - Brasil

<https://orcid.org/0009-0000-8845-731X>

donattimanuela31@gmail.com

Maria Júlia Garcia Costa

Acadêmica, Unicesumar.

Maringá - Paraná - Brasil

mariajulia.gcosta1@gmail.com

RESUMO

Este tema busca integrar os alunos ao universo do Direito Penal por meio de uma abordagem prática, crítica e profissional, proporcionando uma imersão aprofundada no funcionamento do Tribunal do Júri – um dos espaços mais simbólicos, complexos e relevantes da justiça penal brasileira. A pesquisa tem como objetivo de trazer o convencimento para o universo do direito penal tanto com relação aos acadêmicos e os profissionais das áreas, destacando a importância dessa instituição no contexto jurídico e social do país. O Tribunal do Júri não é apenas o palco legal da concretização do julgamento coletivo, mas também o ambiente onde a argumentação se entrelaça com a eloquência, onde a oralidade, a sensibilidade social e a estratégia jurídica se confrontam em sua forma mais intensa. A proposta conduz os alunos desde os fundamentos teóricos da dogmática penal e processual até os aspectos práticos dos julgamentos, passando por cada fase desde as solenidades mais básicas até as etapas mais complexas do procedimento. Dessa forma, a disciplina visa proporcionar uma formação completa, que una teoria e prática, preparando o estudante para enfrentar os desafios jurídicos, éticos e sociais relacionados aos crimes dolosos contra a vida, com consciência crítica, domínio técnico e atuação profissional responsável no âmbito do Tribunal do Júri. Metodologia utilizada foi livros, artigos científicos, leis e outros materiais jurídicos que tratam do Direito Penal, do Processo Penal e do funcionamento do Tribunal do Júri no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Fundamentais. Tribunal do Júri. Procedimento Legais

ABSTRACT

This study seeks to introduce students to the field of Criminal Law through a practical, critical, and professional approach, providing an in-depth immersion into the functioning of the Jury Court—one of the most symbolic, complex, and significant institutions within the Brazilian criminal justice system. The research aims to foster engagement with the universe of criminal law among both students and professionals, highlighting the importance of this institution in Brazil's legal and social context. The Jury Court is not only the legal stage for collective judgment but also the setting where argumentation intertwines with eloquence, and where orality, social sensitivity, and legal strategy confront one another in their most intense form.

The proposal guides students from the theoretical foundations of criminal and procedural dogmatics to the practical aspects of jury trials, covering each phase—from the most basic formalities to the most complex procedural stages. Thus, the course aims to provide comprehensive training that combines theory and practice, preparing students to face the legal, ethical, and social challenges related to intentional crimes against life, with critical awareness, technical proficiency, and responsible professional conduct within the

scope of the Jury Court. The methodology used includes books, scientific articles, legislation, and other legal materials addressing Criminal Law, Criminal Procedure, and the functioning of the Jury Court in Brazil.

KEYWORDS: Fundamental Rights; Jury Court; Legal Procedures.

1 INTRODUÇÃO

O Direito Penal, um dos ramos mais fascinantes e desafiadores do mundo jurídico, trata das normas que definem e prescreve as respectivas sanções, sendo esse essencial para manutenção da ordem e da justiça em uma sociedade. Dentro deste ramo, existem diversas carreiras que desempenham papéis fundamentais no sistema de justiça criminal, desde a acusação até a defesa, passando pelo julgamento e pela execução penal.

O tema abordado neste trabalho é essencial para compreender o funcionamento do sistema de justiça criminal, especialmente em um país como o Brasil, que enfrenta altos índices de criminalidade e uma das maiores populações carcerárias do mundo. Profissionais como promotores, defensores públicos, juízes, advogados criminalistas e delegados exercem funções fundamentais na garantia dos direitos individuais e na aplicação da lei penal.

Analisar a atuação da advocacia no Direito Penal, com foco na área criminal e no contexto do Tribunal do Júri, destacando suas atribuições, formas de ingresso, responsabilidades e importância social. Além de refletir sobre os desafios enfrentados por esses profissionais na promoção da justiça e garantia dos direitos fundamentais.

Este estudo aborda de forma geral as carreiras na área penal, o que pode limitar a análise detalhada de cada profissão. Além disso, baseia-se em informações disponíveis até o presente momento, não contemplando todas as mudanças recentes ou experiências práticas dos profissionais. As carreiras na área penal são fundamentais para garantir a justiça e a aplicação correta da lei. Este estudo destacou as principais funções e desafios desses profissionais, evidenciando a importância de aprofundar o conhecimento sobre o tema para fortalecer o sistema penal e proteger os direitos fundamentais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A profissão de advogado criminal no Brasil, especificamente no âmbito da defesa, é um campo de trabalho complexo e diversificado que exige, além do conteúdo técnico e jurídico, sensibilidade social e ética, habilidade retórica e prática. Ainda mais, o próprio Tribunal do Júri é uma composição de direito formal e social da realidade que demanda a

advogados uma ação que vá além da lei, mas que também tenha natureza emocional e cultural.

O estudo de Zaffaroni (1996), o autor apresenta um exame crítico da prática de embasar acusações ou defesas nos traços de personalidade ou histórico de vida do réu, em vez de analisar objetivamente os fatos do caso. Segundo o argumento, essa abordagem não só viola os princípios fundamentais de um sistema jurídico garantista, como também compromete a principal função do júri: tomar uma decisão com base nas evidências apresentadas.

Em vez de se ater aos detalhes irrelevantes da biografia do acusado, o processo deveria concentrar-se exclusivamente nos elementos concretos para determinar a culpa ou inocência. Desta forma, poder-se-ia assegurar um julgamento justo e um veredicto imparcial de acordo com a lei. Além disso, Squair enfatiza a importância do apoio científico e acadêmico disponível aos advogados, particularmente no contexto universitário.

Ele argumenta que a prática da defesa criminal realizada por núcleos de práxis jurídicas nas universidades pode contribuir consideravelmente para a formação de profissionais mais conscientes, críticos e preparados para lidar com a realidade do sistema penal de maneira complexa. Essa experiência concreta permite que os estudantes entrem em contato com diferentes realidades sociais de maneiras variadas, desenvolvam empatia e aprimorem suas habilidades técnicas e oratórias, elementos essenciais e fundamentais para a advocacia.

Por sua vez, o artigo de Igor Nascimento Santos (2019) aborda um outro importante fator na atuação do júri: a influência massiva da mídia na formação da opinião pública e na percepção complexas dos jurados. O autor argumenta de forma longa e detalhada que, embora o Tribunal do Júri tenha sido idealizado como um instrumento democrático é essencial para a justiça certa, sua eficácia pode ser comprometida quando os jurados são expostos, anteriormente ao julgamento longo, a informações parciais, sensacionalistas ou distorcidas sobre o caso complexo ou sobre o réu.

Essa exposição prévia pode levar a visões deturpadas e viscerais do caso, prejudicando a imparcialidade necessária para um julgamento justo e isonômico. Apesar da importância do júri popular, é necessário assegurar que os jurados cheguem ao tribunal livres de preconceitos ou impressões distorcidas, podendo formar sua convicção apenas com base nos elementos apresentados em plenário. Santos ressalta que, em uma Democracia Constitucional, a atuação do júri deve estar estritamente atrelada à

Constituição Federal e aos princípios do devido processo legal, não podendo ceder a pressões externas ou à influência de uma opinião pública manipulada. Ele salienta também a responsabilidade dos advogados criminalistas na defesa dos direitos e garantias individuais, principalmente quando enfrentam um ambiente contaminado por julgamentos sociais prévios.

Ao ser analisado Santos (2019) oferecem uma visão abrangente sobre os principais desafios enfrentados pela advocacia criminal, especialmente no contexto do Tribunal do Júri. Ambos apontam para a importância de uma formação técnica sólida, aliada ao compromisso ético e à consciência social, como elementos indispensáveis para a atuação do advogado criminalista. Ressaltam, ainda, que a prática penal não se limita à defesa de um réu, mas envolve a defesa de princípios constitucionais que sustentam o sistema jurídico brasileiro. Assim, torna-se evidente que os caminhos da advocacia criminal demandam constante reflexão, atualização e preparo para lidar com um sistema penal muitas vezes marcado por desigualdades, preconceitos e pressões externas. A atuação no júri exige mais do que conhecimento da lei: exige postura crítica, preparo emocional e, sobretudo, compromisso com a justiça.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi conduzida utilizando uma abordagem qualitativa e bibliográfica, visando analisar os caminhos na carreira penal, suas áreas de atuação e os desafios enfrentados pelos profissionais do Direito Penal. A escolha por uma metodologia qualitativa se justifica pela complexidade do tema, que demanda uma compreensão profunda das minúcias e contextos presentes na prática profissional.

A coleta de dados foi realizada por meio da revisão sistemática da literatura existente sobre o assunto. Foram consultadas fontes acadêmicas, incluindo livros didáticos, artigos científicos publicados em periódicos especializados, teses e dissertações, bem como documentos legais e materiais de instituições reconhecidas na área do Direito. A seleção das fontes levou em consideração a relevância temática, a atualidade das publicações (priorizando obras publicadas a partir de 2015) e a reputação dos autores. Para garantir a diversidade de perspectivas, foram incluídos autores com diferentes enfoques teóricos e práticos sobre o Direito Penal.

A pesquisa foi dividida em três etapas principais: (1) identificação das áreas de atuação no campo penal; (2) análise dos desafios enfrentados pelos profissionais; e (3)

discussão das implicações dessas questões para a formação acadêmica e prática profissional. Na primeira etapa, foram mapeadas as áreas mais relevantes dentro do Direito Penal, como a defesa criminal, o Ministério Público, a advocacia pública e a magistratura. Essa análise permitiu identificar as especificidades e os requisitos de cada área.

Na segunda etapa, foram explorados os principais desafios que os profissionais enfrentam no exercício da profissão. Questões como a pressão da mídia, o estigma social associado ao trabalho no campo penal e as dificuldades financeiras foram discutidas com base nas referências bibliográficas consultadas. A terceira etapa envolveu uma reflexão crítica sobre como esses desafios impactam a formação dos estudantes de Direito e suas expectativas em relação ao mercado de trabalho.

É importante ressaltar que esta pesquisa apresenta limitações inerentes à sua metodologia. A ausência de dados quantitativos impede generalizações sobre o comportamento de todos os profissionais da área penal. Além disso, a análise é descritiva e não pretende oferecer soluções definitivas para os problemas identificados. No entanto, busca proporcionar uma visão abrangente que contribua para o debate acadêmico sobre as carreiras no Direito Penal.

Em suma, esta metodologia foi elaborada para oferecer uma compreensão detalhada dos caminhos na carreira penal, promovendo um diálogo entre teoria e prática.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Ao escolher a Advocacia Criminal como sua área de atuação, você terá a oportunidade de lidar com casos desafiadores e impactantes. Além disso, há uma grande satisfação pessoal e profissional em defender a justiça e os direitos dos clientes em um sistema legal complexo. Ser um advogado criminalista também oferece a chance de trabalhar em uma variedade de casos e situações, o que pode trazer um grande aprendizado e crescimento profissional. Além disso, a atuação na área criminal permite que você desenvolva habilidades importantes, como pensamento estratégico, argumentação e comunicação eficaz, que são valorizadas em qualquer carreira jurídica. Além dos benefícios práticos, a Advocacia Criminal também pode ser uma fonte de satisfação emocional ao ajudar a proteger os direitos dos cidadãos e contribuir para a justiça social. Ter uma carreira na área penal também pode trazer conquistas e reconhecimentos, como agradecimentos de clientes satisfeitos e destaque na mídia. Por fim, mas não menos importante, atuar na

área criminal requer um forte senso de ética e justiça, o que pode ser gratificante ao saber que você está fazendo a diferença na vida das pessoas e na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcos César. Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil. São Paulo: Ibccrim, 2003.

SANTOS, Gabriel Igor Nascimento. A influência da mídia na opinião pública e nos julgamentos de competência do júri. 2019. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

ZAFFARONI, Eugenio. Manual de Derecho Penal, 6ª ed., Buenos Aires, Ediar, 1991.

JESUS, Damásio de. Parte geral / Damásio de Jesus; atualização André Estefam. Direito penal vol. 1, 37. ed. – São Paulo, Saraiva Educação, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal, 16. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020

BITTENCOURT, Cezar Roberto Parte geral / Cezar Roberto Bitencourt. Coleção Tratado de Direito Penal – volume 1 – 26. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

JASINSKI, Jocieli França. Tribunal do júri na justiça criminal brasileira: críticas e propostas de reforma para a restituição de sua função de garantia no processo penal democrático. PUC-CAMPINAS. Como ingressar na carreira em Direito Penal? Veja aqui! Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/como-ingressar-na-carreira-em-direito-penal-veja-aqui/>. Acesso em: 20 maio 2025.

CHAIM, Fábio. Artigos de Fábio Chaim no Portal Aurum. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/author/fabio-chaim/>. Acesso em: 20 maio 2025.

FMP – Fundação Escola Superior do Ministério Público. Conheça os principais desafios de trabalhar com Direito Penal. Publicado em 1º de março de 2021. Disponível em: <https://www.fmp.edu.br/conheca-os-principais-desafios-de-trabalhar-com-direito-penal/>. Acesso em: 20 maio 2025.